

## A igualdade não faz o meu gênero — Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil<sup>1</sup>

Leandro Colling<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste texto, reflito sobre a adoção das políticas das diferenças para a elaboração, a execução e a avaliação das políticas para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil hoje. Para fazer isso, evidencio os limites do uso do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades LGBT no país e como isso tem gerado problemas para o avanço nas ações de combate aos preconceitos.

**Palavras-chave:** políticas; sexualidades; gêneros; estudos *queer*.

**I'm not about equality – In defense of the politics of difference towards respect for sexual and gender diversity in Brazil**

**Abstract:** In this paper, I analyze the adoption of politics of difference in the conception, execution and evaluation of policies promoting respect for sexual and

- 
- 1 Uma primeira versão deste texto foi apresentada em minha exposição no II Curso de Introdução à Política e Teoria Queer, realizado de 23 a 27 de janeiro de 2012 na Universidade Federal da Bahia, Salvador. Agradeço as colaborações dos participantes do curso, em especial a Gilmaro Nogueira, e aos pareceristas desta revista, que em muito colaboraram para a melhoria do trabalho.
  - 2 Instituto de Humanidades, Artes e Ciências – Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador – Brasil – leandro.colling@gmail.com

gender diversity in Brazil at present. In such defense, I intend to evidence the limits in utilizing the paradigm of equality and affirmation of LGBT identities in the country and how that has created problems to the advancement of actions against prejudice.

**Keywords:** policies; sexualities; gender; queer studies.

“[...] se poderia dizer que todo meu trabalho gira ao redor desta questão: o que é o que conta como uma vida? E de que maneira certas normas de gênero restritivas decidem por nós? Que tipo de vida merece ser protegida e que tipo de vida não?” (Judith Butler, in Birulés, 2008).

## Introdução

“Como ela pode dizer que é mulher se continua com um negócio desse tamanho no meio das pernas?” Quem deve ter o direito de trocar de nome e de gênero em sua carteira de identidade? Por que no Disque 100 do governo federal a pessoa só pode se identificar como sendo do sexo masculino ou do sexo feminino e homossexual, bissexual ou heterossexual? Por que tanta briga e tanta confusão quando determinados segmentos do movimento LGBT reivindicam as especificidades dos seus “marcadores sociais da diferença”? Por que sequer as diversas identidades aglutinadas na sigla LGBT<sup>4</sup> não conseguem se unir?

3 A expressão tem sido utilizada nos estudos para se referir a todas as especificidades que constituem as nossas identidades, por exemplo ser negra (“raça”/etnia), pobre (classe), moradora da periferia (território onde vive), doméstica (trabalho), adolescente (faixa etária) etc. Sobre o conceito de marcadores sociais da diferença, ver Simões (2011: 170). Entre outras coisas, ele diz: “Quando se pensa em marcadores da diferença, evocam-se estes recortes transversais que produzem não só a diversidade, mas também a hierarquia e a desigualdade ‘no interior’ da suposta ‘comunidade imaginada’ LGBT. Mas não se deve pensar tais marcadores de raça, gênero e sexualidade como se fossem experiências distintas e isoladas ou constituíssem uma espécie de lista de itens a ser checados. Como lembra Anne McClintock (2010: 19), [...] não podem ser simplesmente encaixados retrospectivamente como peças de um lego. Não, eles existem em relação entre si e através dessa relação – ainda que de modos contraditórios e em conflito. Não se trata, portanto, de calcular uma somatória de opressões. Trata-se, antes, de enfatizar que os processos de constituição de sujeitos não implicam apenas sujeição a um poder soberano, mas subjetivação, no sentido de oferecer possibilidades de ‘identificação’ e ‘reconhecimento’. Assim, como bem notou Piscitelli, os marcadores de diferença (e, simultaneamente, de identidade) [...] não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes: eles oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação’ (PISCITELLI, 2008), e que se expressam em formas variadas de negociação, resistência, mimese, recusa, compromisso e rebelião”.

4 Vou usar neste texto a sigla LGBT, como o movimento social a usa, mas eu prefiro uma sigla maior, como LGBTTTIQ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexos e *queer*). Espero que o meu texto possa justificar a razão da minha proposta.

Por que determinados movimentos sociais não conseguem se unir, ainda que temporariamente, e descobrir as discriminações que atravessam todos ou pelos menos determinados grupos de pessoas subalternizadas?

Essas e outras várias perguntas me acompanham há vários anos e ficaram ainda mais insistentes desde o dia 30 de março de 2011, quando fui empossado para integrar o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (que a partir de agora chamarei de Conselho Nacional LGBT), no qual ocupei uma vaga concedida para a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH).

A primeira e a segunda questão que abrem este texto eu ouvi na última Conferência Estadual LGBT da Bahia e as demais formulei a partir das minhas leituras e observações junto ao Conselho Nacional LGBT. Não tenho respostas conclusivas para todas as perguntas acima, mas vou esboçar algumas possibilidades, sem receio de parecer programático-prescritivo, ainda que esta não seja a intenção. Farei isso para defender as políticas das diferenças para a elaboração, a execução e a avaliação das propostas que objetivam o respeito à diversidade sexual e de gênero em nosso país.

Para isso, ao apontar os limites do paradigma da igualdade e do uso exclusivo da afirmação das identidades LGBT, evidenciarei como muitos movimentos que se consideram progressistas e libertários são conservadores em relação a alguns aspectos das sexualidades e dos gêneros. Optei por não dividir o artigo entre parte teórica e parte analítica, embora em alguns trechos apareçam mais as reflexões de pessoas que estudam os temas em questão. Usarei as minhas observações, interferências e experiências como ex-integrante do Conselho Nacional LGBT para analisar o meu próprio trabalho, as ações e os discursos das demais pessoas que constituem o órgão. A proposta é apontar os desafios e rumos do movimento social LGBT no Brasil na atualidade.

## Igualdades e diferenças

A maioria dos movimentos sociais, no Brasil e no exterior, usou e ainda usa como estratégia fundamental para conquistar direitos o que chamo aqui, seguindo vários autores/as, a exemplo de Joan W. Scott (2005), de paradigma da igualdade e da afirmação das identidades. Ativistas defendem que todas as pessoas são (ou deveriam ser) iguais e, por isso, devemos ter direitos iguais.

Os problemas começam a aparecer com o que vem acoplado ao discurso e às práticas políticas em torno desse paradigma da igualdade, que muitas vezes acaba, com a melhor das intenções, sendo reducionista e excludente.

Isso porque somos iguais em alguns aspectos (somos seres humanos, embora nem todos sejam considerados como tais, pois as pessoas em geral trabalham com graus muito diferenciados de humanização), mas somos diferentes em milhares de outros. Aí está uma das principais razões da reivindicação por direitos específicos, que contemplem as particularidades de cada subgrupo. Ou seja, determinadas pessoas percebem que precisam de políticas especiais porque as suas realidades e identidades não são exatamente iguais às demais.

Outra estratégia fundamental usada pela maioria dos movimentos, e que está muito ligada com os discursos em torno da igualdade, é a afirmação das identidades e o uso do essencialismo estratégico<sup>5</sup> que acompanha as suas práticas políticas. Ativistas e pesquisadores, em geral, defendem que um grande grupo de pessoas deve ter e afirmar a mesma identidade, que todas devem se identificar com as mesmas características que seriam inerentes a tal identidade.

Se, por um lado, no Brasil essa estratégia já rendeu conquistas para determinados grupos subalternizados<sup>6</sup> (negros e mulheres, por exemplo, conquistaram a lei que criminaliza o racismo, o sistema de cotas e a Lei Maria da Penha), por outro lado também criou exclusões. De quem? Das pessoas que são discriminadas mas que não se identificam exatamente com todas as características atribuídas a quem pode afirmar e desfrutar de determinada identidade coletiva.

E essa percepção gera consequências diretas. Por exemplo, quando uma travesti diz que outra trans não pode reivindicar a identidade de mulher é porque, para ser mulher e ter uma identidade feminina, é preciso preencher uma série de requisitos. Quem não preenche todas essas características, mesmo dizendo que se identifica como mulher, não é respeitada como tal.

De forma muito sintética e incompleta, tentarei demonstrar neste artigo que as políticas geradas em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades, quando ligadas ao campo das sexualidades e dos gêneros, via de regra apresentam as seguintes características no Brasil: 1) apostam quase que exclusivamente na conquista de marcos legais; 2) praticamente não possuem ações que combatam os preconceitos através do campo da cultura; 3) explicam a sexualidade e as identidades de gênero dentro de uma perspectiva que, a rigor,

5 “Termo cunhado por Gayatri Spivak para se referir à adoção de uma prática política fincada na ficção naturalizante das identidades apenas como meio para a obtenção de direitos” (Miskolci, 2011: 49).

6 Utilizo subalternizado para enfatizar o caráter social e histórico da subordinação, assim como para enfatizar o caráter dinâmico das relações de poder. Trata-se de noção de origem gramsciana que compreende as relações de poder de forma menos binária do que as adeptas de termos como opressão. Gramsci atentava para o fato de que subalternizados – muitas vezes – contribuem para a hegemonia política dos grupos dominantes. Vertentes de reflexões pós-1960, chamadas por alguns de saberes subalternos, disseminaram o uso dessa forma de compreensão das dinâmicas de poder na sociedade contemporânea.

flerta ou adere com a ideia de que há apenas dois gêneros (masculino e feminino), duas orientações sexuais (homossexual e heterossexual) e de que tanto os gêneros quanto as orientações sexuais são “naturais” ou até gerados por componentes biológicos/genéticos; 4) através da afirmação das identidades, forcem todas as pessoas não-heterossexuais a se enquadrar em uma das identidades LGBT; 5) a sua luta política é centrada na defesa da homossexualidade, dentro de uma perspectiva de respeito ou tolerância à diversidade, em vez de numa problematização da ordem cultural e política que é apenas chamada a “tolerar” aqueles que ameaçam sua hegemonia (Miskolci, 2012: 27).

Nem sempre todas essas características são encontradas em um mesmo movimento, grupo ou discurso de uma liderança, e alguns deles/as, considerados/as mais “avançados/as”, aderem às perspectivas teóricas que explicam o gênero e a sexualidade como construções culturais.

Já as políticas da diferença, ainda pouco exploradas no Brasil, possuem as seguintes características, entre outras: 1) priorizam as estratégias políticas através do campo da cultura, em especial através de produtos culturais, pois os/as ativistas entendem que os preconceitos nascem na cultura e que a estratégia da sensibilização via manifestações culturais é mais produtiva; 2) criticam a aposta exclusiva nas propostas dos marcos legais, em especial quando essas estratégias e esses marcos reforçam normas ou instituições consideradas disciplinadoras das sexualidades e dos gêneros; 3) explicam a sexualidade e os gêneros para além dos binarismos, com duras críticas às perspectivas biológicas, genéticas e naturalizantes; 4) entendem que as identidades são fluidas e que novas identidades podem ser criadas e recriadas permanentemente; 5) a sua luta política é centrada “na crítica aos regimes de normalização” (Miskolci, 2012: 27), dentro da perspectiva da diferença e não da diversidade.

Diversidade é “cada um no seu quadrado”, uma perspectiva que compreende o Outro como incomensuravelmente distinto de nós e com o qual podemos conviver, mas sem nos misturarmos a ele. Na perspectiva da diferença, estamos todos implicados/as na criação desse Outro, e quanto mais nos relacionamos com ele, o reconhecemos como parte de nós mesmos, não apenas toleramos, mas dialogamos com ele sabendo que essa relação nos transformará (Miskolci, 2012: 15 e 16).

Em vez de entender a sexualidade e o gênero como construções culturais, a perspectiva teórica e política da diferença, que une movimentos, ativistas e pesquisadores/as, é desconstrucionista.

A afirmação das identidades não foi uma estratégia criada sem justificativas. Os movimentos perceberam, acertadamente, que um primeiro passo da luta era e continua a ser, em alguns contextos, melhorar a autoestima das pessoas e elaborar um discurso sobre, afinal, quem cada movimento está representando. Ou seja, não defendo aqui que a afirmação das identidades não foi ou ainda permanece importante. As questões são outras: precisamos apenas trabalhar com a afirmação das identidades? E apenas com as que já temos? Não podemos fazer uma combinação de estratégias? Dialogando com Scott (2005: 22), será mesmo que “a tensão entre identidade de grupo e identidade individual não pode ser resolvida”?

Não pretendo substituir um paradigma por outro. Isso não mudaria o curso do rio. Além disso, não trabalho com a ideia dicotômica do “ou igualdade ou diferença”, em certo sentido muito presente em vários trabalhos que já discutiram o tema, a exemplo de Scott (2005). Sugiro que as políticas das diferenças não anulam ou negam as nossas igualdades, nem nos tornam mais divididos. Pelo contrário, elas podem nos dar pistas de como podemos nos enxergar nas demais diferenças, em como podemos nos unir em prol do respeito às nossas diferenças, que não cessam de ser criadas, modificadas.

Seguindo reflexões próximas a Beatriz Preciado (2011) e sua noção de *multidões queer*, penso que nas políticas das diferenças os cruzamentos, trânsitos, mudanças, recriações estão sempre sendo incentivados e verificados na prática cotidiana. Para enxergar e aceitar as diferenças precisamos estar abertos para ver que as pessoas diferentes não podem ser divididas entre binarismos e dicotomias. Não temos um conjunto pequeno de diferenças. Por isso, no campo das sexualidades e dos gêneros, em específico, existem variadas formas de sermos heterossexuais, homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexos, homens e mulheres. Como podemos dizer então que somos todos iguais, reunidos em torno de número pequeno de identidades? Os pensamentos binários, muito utilizados, tentam a todo custo trabalhar apenas com duas categorias, como se elas fossem, inclusive, absolutamente puras.

## Razões das diferenças

No campo das sexualidades e dos gêneros, em específico, por que o binarismo não dá conta de explicar e contemplar o quanto somos diferentes? Vou acionar algumas das considerações de Judith Butler (2002, 2003 e 2008) para responder a essa questão:

- 1) Existem mais do que dois gêneros. Algumas pessoas concordam com esse argumento e alegam que existem as pessoas transexuais e travestis, que explicitamente, em alguns casos, preferem ficar no trânsito entre os gêneros. Trata-se de uma justificativa válida, mas se ficarmos apenas nela quem não faz parte do segmento trans continuará pensando que o seu gênero é puro. Porém, na prática, cada pessoa é influenciada por características das outras, o que gera uma variedade de combinações em todas as identidades, inclusive no campo das sexualidades e dos gêneros. Um homem, por mais másculo que seja, possui algo do gênero feminino, e vice-versa. Isso gera uma variedade de combinações, ou seja, existem tantos gêneros quanto nossa criatividade tiver condições de produzir. Esse é um excelente argumento para aproximar as pessoas ao evidenciar os seus diversos e diferentes trânsitos identitários. Ou seja, sugiro que se o heterossexual compreender e aceitar a constatação de que ele também é um pouco trans a tendência é que diminua a resistência às políticas específicas para o segmento trans. Para produzir isso, portanto, precisamos problematizar as heterossexualidades também e não apenas tratar e afirmar as identidades das homo, lesbo, bi, trans e intersexualidades.
- 2) Sexo/biologia/natureza/órgão sexual, entendidos aqui como a materialidade dos corpos, não determinam os gêneros das pessoas. Várias pessoas nascem com determinadas características corporais e não se identificam com o gênero que a sociedade exige para aquele corpo. Ou seja, não existe nenhuma garantia de que alguém com genitália considerada masculina ou feminina será do gênero que a maioria entende como compatível com aquele órgão/corpo. O que existe é uma norma hegemônica que obriga, a todo custo e através de muita violência, que exista uma coerência entre a materialidade do corpo e o gênero. Por exemplo, muitas feministas e demais pessoas militantes, ainda hoje, mesmo usando o conceito de gênero, trabalham dentro de uma perspectiva reducionista e excludente, pois não aceitam que alguém com genitália atribuída ao sexo masculino possa ser identificada ou se identificar como uma mulher<sup>7</sup>. Esse discurso é o mesmo que estava influenciando a fala da nossa delegada na conferência da Bahia, autora da primeira pergunta que abre este artigo, que questionou como uma pessoa “com um negócio desse tamanho do meio das pernas” pode reivindicar uma identidade feminina.

---

7 Sobre a defesa de um feminismo com pênis, ver Bento (2011).

- 3) Corpo também é construído culturalmente. Não existe corpo antes da linguagem. Esse argumento gerou muito debate entre Butler e as pessoas influenciadas pela obra de Simone de Beauvoir, autora da célebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Butler desconstrói essa frase ao defender, entre outras coisas, que ela pressupõe que exista um momento em que o corpo de uma pessoa considerada homem ou mulher não tenha sido homem ou mulher. O argumento é que as normas das sexualidades e dos gêneros incidem sobre nós desde o momento em que identificam qual é o nosso “sexo biológico”. Na atualidade isso ocorre, muitas vezes, através da ultrassonografia, quando o bebê ainda está em gestação. A partir desse momento, diz Butler, passam a incidir todas as normas sobre o indefeso feto ainda em formação. Nome e vestuário são escolhidos e, obviamente, todos partem do pressuposto de que o bebê é e será heterossexual. Portanto, já nascemos sendo considerados homens ou mulheres, com gênero e orientação sexual, tudo realizado de forma compulsória, sem direito para a livre escolha. Desde sempre o corpo é preenchido de discurso, que carrega todas as normas que incidem sobre todas as pessoas<sup>8</sup>.
- 4) Além de exigir uma linha coerente entre o “sexo biológico” e o gênero, as normas também exigem que as pessoas desejem uma outra pessoa considerada do sexo e do gênero oposto e ainda pratiquem esse desejo de uma determinada forma bem restrita. Isso permite a Butler dizer que a sociedade exige uma linha coerente entre sexo – gênero – desejo e prática sexual. No entanto, além de muitas pessoas terem determinada genitália e não se identificarem com o gênero atribuído a ela, algumas desejam e não praticam ou praticam e não desejam o sexo com os/as parceiros e/ou parceiras. E não estou me referindo apenas aos homossexuais, mas também a alguns daqueles que se identificam como heterossexuais. Os garotos de programa, por exemplo, que se identificam como heterossexuais, muitas vezes praticam sexo com pessoas do mesmo sexo e não o desejam. Nos depoimentos existentes em entrevistas e etnografias, é comum eles dizerem que desejam o dinheiro dos clientes. Outro exemplo: quantos homens e mulheres transam com pessoas do sexo oposto sem desejar, mas por uma imposição social? E outra pergunta, mais complexa, realizada por Butler (2003): a prática sexual entre um homem e uma mulher heterossexual é

---

8 Muitas vezes esse argumento é criticado sob a alegação de que então tudo é discurso e que assim Butler desconsiderou a materialidade dos corpos. Considero que a muitas dessas críticas Butler tenha respondido em *Cuerpos que importan*. Pretendo escrever sobre esse debate em outro texto.



necessariamente heterossexual? Nem sempre, porque não sabemos o que o homem ou a mulher projeta e fantasia no outro e/ou na outra. Quantos homens se apaixonam por mulheres masculinizadas e projetam e fantasiam nelas os seus desejos homoeróticos? E as mulheres que penetram, com ou sem próteses, os seus homens? Que prática sexual é essa? Heterossexual? Homossexual? Bissexual? Essas três categorias não dão conta da variedade de práticas sexuais existentes no mundo.

Enfim, existe uma matriz heterossexual que exige a linha coerente entre sexo – gênero – desejo – prática sexual, mas inúmeras pessoas não seguem essa norma. Quanto mais a pessoa foge dessa linha, mais violência ela sofre, pois as demais pessoas estarão a postos para fazer que o sujeito “entre nos trilhos”. Essa linha coerente é o motor da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade<sup>9</sup>. Se quisermos o respeito à diversidade sexual e de gênero, será fundamental desconstruir essa linha coerente. No entanto, as pessoas que utilizam apenas o paradigma da igualdade, a afirmação das identidades e os binarismos muitas vezes, intencionalmente ou não, acabam exigindo que todas as pessoas sigam essa linha e se adaptem à heteronormatividade para que seus direitos sejam conquistados. Tentarei a seguir explicar como isso ocorre “na prática”.

## As respostas

Voltarei agora para as perguntas do primeiro parágrafo do texto para apontar como o uso exclusivo do paradigma da igualdade e a afirmação das identidades e seus desdobramentos incidem nos debates sobre a elaboração, a implantação e a avaliação das políticas em prol da diversidade sexual e de gênero.

Para boa parte das pessoas ativistas, existem aquelas pessoas que possuem gênero e aquelas que possuem identidade de gênero. Isso aparece em documentos oficiais dos governos, inclusive do próprio Conselho Nacional LGBT. Pode

---

9 Ainda vivemos em um período histórico em que a heterossexualidade é compulsória, mas, pelo menos, na maioria dos países ocidentais, ela não é mais considerada um crime ou uma doença. Esse foi o período em que a obrigação de ser heterossexual se mostrou mais forte e compulsória. Hoje, esse período nos deixou como herança a heteronormatividade, que incide sobre todos, sejamos heterossexuais ou não. Para Spargo, a heteronormatividade “especifica a tendência no sistema ocidental contemporâneo referente ao sexo-gênero de considerar as relações heterossexuais como a norma, e todas as outras formas de conduta social como desvios dessa norma” (Spargo, 2004: 86). Pino conceitua a heteronormatividade como o “enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo” (Pino, 2007: 160). Para mais reflexões sobre as diferenças entre heterossexualidade compulsória e heteronormatividade, ler Miskolci (2012).

parecer um detalhe tolo, mas essa compreensão replica em uma série de outras políticas, ações e compreensões sobre a nossa área. Quem tem gênero seria aquela pessoa cujo gênero é compatível com a materialidade do seu corpo (genitália). De forma mais direta: teria gênero o homem que tem pênis e a mulher que possui uma vagina desde o dia do nascimento. Se o órgão sexual foi construído em cirurgia, essa pessoa não teria gênero. As pessoas que possuem identidade de gênero seriam aquelas que possuem determinado corpo que, pela lógica da heteronormatividade, não segue a linha coerente entre o órgão sexual (aqui entendido como pênis ou vagina) e o gênero (masculino ou feminino, homem ou mulher). Assim, travestis e transexuais possuem identidade de gênero. Heterossexuais, *gays* masculinizados e lésbicas femininas possuem gênero!

Ora, o que pretendi evidenciar e problematizar é que todas as pessoas têm identidades de gênero, distintas entre si, sejam quais forem os seus atributos corporais. Por imposição, desde sempre o nosso corpo tem um gênero que é atribuído pelo contexto social e cultural. Por acreditar que o gênero é determinado pela materialidade do corpo, ninguém que possui “um negócio desse tamanho no meio das pernas” poderá ser considerada ou se considerar uma mulher.

O mesmo ocorre em quem deve ter o direito de trocar de nome e gênero em sua carteira de identidade. Na Conferência LGBT do Estado da Bahia esse debate também ocorreu. Um grupo defendia que as pessoas que possuem um laudo médico que atesta a transexualidade já poderiam ter o direito de trocar de nome e gênero nos documentos. Outros diziam que isso poderia ser feito apenas após a completa cirurgia de “mudança de sexo”. Diversos estudos, a exemplo do de Berenice Bento (2011), evidenciam que existem várias pessoas transexuais que não desejam fazer todos os procedimentos cirúrgicos e ainda assim se identificam como transexuais.

Muitas pessoas transexuais se contentam em apenas retirar ou colocar mamas, tomar hormônios para ter ou não ter pelos no corpo, mas querem conviver com suas genitálias, ainda que muitas vezes não sintam prazer com elas. Essas pessoas ficam fora dessas políticas porque não atendem às características do que é ser uma ou um “transexual de verdade”, categoria, como bem aponta Bento (2011), criada pelo discurso médico, que ainda considera a transexualidade uma doença. Esse discurso foi assimilado pelo movimento trans em nome do direito de fazer o processo transexualizador através do Sistema Único de Saúde (SUS).

Apesar disso, cresce em vários locais a luta pela despatologização das identidades trans, bandeira que ainda não foi abraçada oficialmente pelo movimento LGBT brasileiro. Ao contrário do que se pensa, a despatologização não precisa pressupor, necessariamente, a retirada do direito da cirurgia gratuita através

do SUS. Conforme defende o manifesto *Transexualidade não é doença!* Pela retirada da transexualidade do DSM e do CID! (2010: 267). A despatologização da transexualidade não significa estar de acordo com a ideia de que os Estados sejam excluídos do financiamento integral de todo o processo transexualizador. Despatologizada a transexualidade, é dever dos Estados assegurar os meios práticos para garantir a assistência à saúde dessa população. Defendemos o acesso universal e igualitário aos padrões máximos de saúde e bem-estar. Esse é um direito inalienável de todo cidadão e toda cidadã. Uma falsa polêmica foi estabelecida com base na tese de que se a transexualidade fosse retirada do DSM e do CID os Estados poderiam ter argumentos para não financiar o processo transexualizador. Se há pessoas que desejam fazer a cirurgia de transgenitalização porque desse modo, por sua própria vontade, adequariam seu corpo à sua identidade de gênero, é dever dos Estados garanti-la.

Outro problema gerado pelo pensamento binário no tocante às sexualidades é a exclusão completa das pessoas intersexos. O movimento intersexo surgiu em 1988 e considera como mutilações as ditas cirurgias de “correção” realizadas em bebês ou crianças que nascem com características dos dois sexos ou genitálias ambíguas (Pino, 2007). O que as pessoas intersexos nos ensinam é que própria divisão entre pessoas do sexo masculino e do feminino deve ser questionada. Se os binarismos em relação aos gêneros já foram explodidos, o movimento intersexo e as reflexões acadêmicas sobre o tema fazem o mesmo em relação aos “sexos biológicos”. Apesar disso, a sigla oficial do movimento LGBT, no Brasil, não contempla os intersexos, e no formulário do Disque 100 do governo federal, que recebe denúncias de violência sofrida por LGBTs, as pessoas só podem se identificar como sendo do sexo masculino ou feminino<sup>10</sup>.

Em debates no Conselho Nacional LGBT ouvi ativistas alegarem que não existe movimento intersexo no Brasil e, por isso, esses sujeitos não estão contemplados na sigla, assim como o segmento que se identifica como transgênero. Praticamente o mesmo poderia ser dito sobre bissexuais, e ainda assim essas pessoas estão em nossa sigla. Além disso, pergunto: nós, que nos consideramos tão progressistas e solidários, não podemos contemplar pautas dos intersexos? É preciso que algumas pessoas assumam a difícil tarefa de se identificar como tais para que nossas políticas passem a tratar dos temas específicos desse grupo?

---

10 Soube disso após a apresentação de um relatório do Disque 100 em uma reunião do Conselho Nacional LGBT. O formulário também apresenta outros problemas, e naquela ocasião me prontifiquei a ajudar no seu aprimoramento.

Outra discussão que presenciei, desta vez na Conferência Estadual da Bahia, trata sobre as lésbicas. É possível usar expressões como “lésbicas masculinizadas” ou “mulheres lésbicas”? Um grupo considerou como transexuais as pessoas que dizem ser lésbicas masculinizadas. Ou seja, dentro dessa compreensão, as lésbicas devem ser obrigatoriamente femininas. Volta aqui a operar a exigência da linha coerente entre a materialidade do corpo e a identidade de gênero. Na outra discussão, o termo “mulheres lésbicas” foi substituído por lésbicas, porque nessa perspectiva seria uma redundância chamar alguém de “mulher lésbica”. Ou seja, apenas mulheres (biológicas, com vagina não construída por cirurgia) podem ser lésbicas.

No entanto, alguns homens (biológicos, com pênis) e transexuais (que passaram ou não por cirurgias) têm reivindicado a identidade lésbica. Essas pessoas têm se identificado como homens lésbicos e/ou trans lésbicas/os. Algumas delas, por exemplo, são transexuais que, após as intervenções cirúrgicas, passaram a namorar pessoas do mesmo sexo. Travestis com identidade feminina e que mantêm relações entre si também têm se identificado como translésbicas. Uma ativista chegou a lembrar da existência dessas pessoas, mas isso não foi suficiente para que a categoria lésbica fosse ampliada. Novamente, alguns ativistas alegam que não precisamos contemplar essas especificidades porque pessoas com essas identidades não estavam nas conferências e não participam dos movimentos sociais. Ainda sobre as lésbicas, continua o debate sobre a inclusão delas na categoria homossexuais. No Disque 100, por exemplo, o sujeito, ao preencher o formulário para registrar a denúncia de alguma violação aos direitos humanos, só pode se identificar como homossexual, bissexual ou heterossexual. As lésbicas reclamam, com razão, que isso inviabiliza a possibilidade de saber o índice de violações que incidem diretamente sobre as lésbicas no Brasil.

Voltando à resistência do uso de termos mais novos, vou apenas acrescentar outra questão. O movimento social, ao se abrir para novos termos e identidades, tem também a capacidade de fazer que as pessoas tenham acesso a essas novas identidades e que, através disso, elas passem a se identificar como tais. Ou seja, as nossas políticas, além de afirmar identidades, podem também produzir outros processos de identificação. Isso já aconteceu muitas vezes em nossa história, pois as nossas identidades homossexuais já passaram por várias transformações em função de diversos fatores, em especial conjunturais e históricos. As pessoas com mais de 40 anos lembram que nós nos denominávamos entendidos e entendidas<sup>11</sup>. Hoje essa expressão sequer é conhecida por muitos *gays* e

11 Sobre o impacto do termo entendido na comunidade homossexual, ver Simões e Facchini (2009).

lésbicas mais jovens. Ou seja, não precisamos temer novas combinações identitárias e novos termos, até porque não conseguiremos controlá-los. Felizmente, diga-se de passagem, não existe política que controle em absoluto a criação de novas identidades e a explosão das antigas.

Por fim, vou enfrentar as últimas perguntas realizadas no primeiro parágrafo deste artigo: Por que tanta briga e tanta confusão quando determinados segmentos do movimento LGBT reivindicam as especificidades dos seus “marcadores sociais da diferença”? Por que sequer as diversas identidades aglutinadas na sigla LGBT não conseguem se unir? Por que determinados movimentos sociais não conseguem se unir, ainda que temporariamente, e descobrir as discriminações que atravessam todos ou pelos menos determinados grupos de pessoas subalternizadas?

A adoção sem críticas e feita de forma exclusiva do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades também demonstra o seu limite no momento em que diversos atores sociais reivindicam políticas específicas para os seus chamados “marcadores sociais da diferença”.

Interessante é que nada disso é novo para o movimento LGBT brasileiro, já amplamente estudado por Facchini (2005) e Simões e Facchini (2009). A novidade, pelo menos em relação à universidade, é que essa discussão nos últimos anos volta a ocorrer sob o impacto dos estudos *queer* no Brasil (ver Colling, 2011). Outro trabalho que também pensa sobre essas questões identitárias na história do movimento LGBT brasileiro é o de MacRae (1990). Em análise sobre o grupo Somos, entre 1978 e 1985, ele já apontava como o paradigma da igualdade gerava problemas naquele tempo. Ao tratar do 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (1º EGHO), realizado em São Paulo nos dias 4, 5 e 6 de abril de 1980, ele diz o seguinte sobre as deliberações:

Uma importante constatação que pode ser feita a partir dessas resoluções é a da afirmação reiterada da igualdade de todos os homossexuais, sem que nunca se questionasse a validade da categoria “homossexual”, que atribuía uma só identidade social a um conjunto, cuja heterogeneidade ficara tão evidenciada nessa ocasião. Ao invés disso as diferenças surgidas foram relegadas ao nível individual e interpretadas como manifestações de “alienação” ou “mau caratismo” (MacRae, 1990: 205).

Passados trinta anos, nas reuniões do Conselho Nacional LGBT e nas conferências, continuamos assistindo a exaustivos e turbulentos debates em função desse mesmo aspecto apontado por MacRae. Pessoas com identidade feminina, negros e negras, jovens, pessoas com deficiências, moradores de zonas rurais,

pequenas cidades ou periferias lutam para que determinadas ações contemplem as suas especificidades. Por outro lado, outras pessoas alegam que podemos aglutinar todas em um só grupo de homossexuais que sofrem as consequências da homofobia. Aí as lésbicas dizem que o termo homossexual contempla apenas os homens e solicitam também o termo lesbofobia, as trans o termo transfobia e os bissexuais, quando presentes, o termo bifobia. E as pessoas negras dizem que a homofobia, a lesbofobia, a bifobia, a transfobia que incidem sobre elas são diferenciadas em relação aos brancos e brancas, em especial aos de classe média alta etc.

Não vou me estender em relatos porque imagino que as pessoas já tenham dados suficientes para saber do que estou falando. Lembro, por exemplo, que um dos momentos mais críticos que vivenciei no Conselho Nacional LGBT foi durante o debate sobre o perfil das delegações que seriam eleitas nos estados para a II Conferência Nacional LGBT. Depois de muita tensão, foi aprovado que 60% das vagas deveriam ser ocupadas por pessoas com identidade feminina e 40% por pessoas com identidade masculina. Alguns militantes *gays* que integram o Conselho não aceitavam a proposta e, inclusive, estranhavam muito que eu (na cabeça deles um *gay* com identidade masculina) estivesse defendendo o percentual que era defendido pelas lésbicas e o segmento trans. A nossa proposta acabou sendo aprovada, depois de uma noite de conversas e negociações.

Essas tensões evidenciam que efetivamente somos muito diferentes dentro e fora da própria sigla LGBT. Logo, o paradigma da igualdade, a afirmação das identidades e os seus desdobramentos já revelaram os seus problemas e limites há muito tempo. Irineu (2012), em artigo sobre a II Conferência Nacional LGBT, também citou evidências dos limites das políticas identitárias. Diz ela:

As discussões para aprovação de algumas diretrizes destacam-se aqui, como exemplo, o debate que envolveu o eixo de justiça e segurança pública, fomentaram a disputa entre travestis e lésbicas acerca do reconhecimento de quem estaria no “topo” da hierarquia das vulnerabilidades, demonstrando que as identidades podem nos levar à autodestruição e à fragilização de uma possível “unidade na diversidade”.

Sempre que falo em limites das políticas de afirmação das identidades, muitas pessoas dizem que sou contra essas políticas. Grande equívoco. Em outro texto, de abertura de um livro que reúne vários artigos de pessoas que avaliam as políticas públicas e identitárias LGBT utilizadas nos últimos anos, defendendo que devemos pensar em estratégias e discursos que, paralelamente às políticas identitárias, subvertam e questionem de forma permanente as normas

hegemônicas presentes em nossa sociedade (ver Colling, 2011). Isso para que as nossas pautas não colaborem para construir normas do que é ser uma pessoa *gay*, lésbica, bissexual ou trans aceita apenas se estiver seguindo os padrões já postos. Normas, como frisei neste artigo, que foram e continuam sendo as causadoras da falta de respeito à diversidade sexual e de gênero.

Não podemos cair no erro de usar, com a melhor das intenções libertadoras e progressistas, exatamente os mecanismos que nos discriminam. Com o objetivo de conquistar direitos e de sermos aceitos, muitas vezes temos reificado determinadas normas que são sustentáculos da heteronormatividade. Em muitas falas e ações, por exemplo, enaltecemos *apenas* quem deseja constituir família, casar e ter filhos, os *gays* masculinizados e ativos, as lésbicas femininas e criticamos as pessoas que consideramos promíscuas, os *gays* afeminados, as passivas, as lésbicas masculinizadas, as trans trabalhadoras do sexo. Não se trata de ser contra os direitos à união estável e ao casamento, mas de não transformar isso em modelo para *todas* as pessoas<sup>12</sup>.

Por que não pensamos e criamos políticas para as fechativas e passivas, por exemplo? A nossa política de prevenção à Aids, por exemplo, é tão falocêntrica que nunca conseguimos implantar em larga escala a distribuição de lubrificantes para o sexo anal junto com os preservativos, esses sim amplamente distribuídos. Além disso, para muitos profissionais do campo da saúde, o sexo anal continua sendo uma prática suja e perigosa, quando não uma perversão. O ânus

---

12 Em uma entrevista, Butler explica bem a sua posição quanto ao assunto. Ela diz: “Se há matrimônio, deve haver também o homossexual; o matrimônio deve estender-se a qualquer casal independente de sua orientação sexual; se a orientação sexual é um impedimento, então o matrimônio é discriminatório. Por minha parte, não entendo por que há que se limitar só a duas pessoas, parece arbitrário e poderia ser potencialmente discriminatório; mais sei que este ponto de vista não é muito popular. Sem dúvida, há formas de organização sexual que não implicam monogamia e formas de relação que não implicam matrimônio ou o desejo de reconhecimento pela lei – ainda que sim pela cultura. Há também comunidades integradas por amantes, ex-amantes, amigos que cuidam dos filhos, que constituem complexas redes de parentesco que não cabe descrever como conjugais. Estou de acordo de que o direito ao matrimônio homossexual corre o risco de ter um efeito conservador, produzir o matrimônio como normalizador e apresentar como não normais e inclusive patologizar outros modos muito importantes de intimidade, de parentesco existentes. Mas a questão é: que fazemos politicamente com isto? Eu diria que toda luta pelo matrimônio homossexual deveria ser também pelas famílias alternativas, os parentescos e os modos alternativos de associação pessoal. Necessitamos de um movimento que não conquiste os direitos de algumas pessoas ao custo de outras pessoas. E pensar este movimento não é fácil. A exigência de reconhecimento por parte do Estado deve vir acompanhada de uma crítica: para que necessitamos do Estado? Apesar de que às vezes necessitamos dele para alguns tipos de proteção (imigração, propriedade, filhos), devemos deixar que defina nossas relações? Há formas de relação que valorizamos e que não podem ser reconhecidas pelo Estado, para as quais bastam as formas de reconhecimento da sociedade civil ou da comunidade. Necessitamos de um movimento que se conserve crítico, que formule estas questões e as mantenha abertas” (Biralés, 2008, *on line*).

não é considerado um órgão sexual porque faz parte do aparelho digestivo, é sujo e não tem uma função reprodutora.

Os ativistas e escritores Javier Sáez e Sejo Carrascosa (2011), em belo ensaio, lembram que a boca também faz parte do aparelho digestivo e que o pênis e a vagina também ficam sujos caso não sejam limpos. O cu, enfatizam, também pode ser limpo, vide a famosa *chuca*<sup>13</sup>. E como poderíamos combater essas visões através de políticas públicas? A obra de Sáez e Carrascosa (2011) pode ser inspiradora nesse sentido, pois eles defendem a elaboração de políticas anais, políticas do cu<sup>14</sup>. Já na introdução do livro, eles dizem que a proposta do texto é

[...] ver o que o cu põe em jogo. Ver por que o sexo anal provoca tanto desprezo, tanto medo, tanta fascinação, tanta hipocrisia, tanto desejo, tanto ódio. E sobretudo revelar que essa vigilância de nossos traseiros não é uniforme: depende se o cu penetrado é branco ou negro, se é de uma mulher ou de um homem ou de um/a trans, se nesse ato se é ativo ou passivo, se é um cu penetrado por um vibrador, um pênis ou um punho, se o sujeito penetrado se sente orgulhoso ou envergonhado, se é penetrado com camisinha ou não, se é um cu rico ou pobre, se é católico ou muçulmano. É nessas variáveis onde veremos desdobrar-se a polícia do cu, e também é aí onde se articula a política do cu; é nessa rede onde o poder se exerce, e onde se constroem o ódio, o machismo, a homofobia e o racismo (Sáez e Carrascosa, 2011: 13)<sup>15</sup>.

Ao concentrar as nossas forças quase exclusivamente em políticas afirmativas, começamos a disputar espaço e poder com as demais pessoas subalternizadas, inclusive dentro da própria sigla LGBT, como atesta o exemplo de Irineu (2012) e tantos outros que eu poderia citar através da minha participação nas reuniões do Conselho Nacional LGBT, nas conferências ou nos debates dos quais participei nos últimos anos. Ao apenas afirmar a identidade do nosso segmento (como se tivéssemos apenas uma, o que é uma ficção), criamos barreiras para enxergar quais são as discriminações que atravessam todas as pessoas injuriadas e subalternizadas, sejam elas LGBT ou não. Em vez disso, disputamos

13 Termo usado por muitos gays para se referir ao enema, introdução e posterior retirada de água no ânus para a limpeza do local.

14 Não estou apostando todas as fichas nas chamadas políticas do cu, ainda que elas possam ser muito instigantes e produtivas. Ao contrário do que pensa Preciado (2008, p. 60), não creio que o cu esteja livre das normas de gênero. No Brasil, em especial, o cu tem gênero sim. Por isso, uma política do cu deveria, em primeiro lugar, retirar dele os marcadores de gênero. Agradeço a Gilmaro Nogueira e a Richard Miskolci por me alertarem para essa questão.

15 Esta e outras traduções realizadas neste texto são de minha autoria.



poder, verbas e políticas entre nós mesmos e, com isso, enfraquecemos a luta de todos/as. Muitas vezes já ouvi pessoas dizerem que as políticas das diferenças fragmentam o movimento. Defendo o contrário, pois já é evidente que são as políticas identitárias, quando usadas de forma exclusiva, que têm gerado mais e mais desunião e poucos resultados concretos.

E como poderíamos unir os movimentos LGBT entre si e com os demais movimentos sociais? Primeiro: combinando nossas políticas afirmativas com políticas de reconhecimento de nossas diferenças. Segundo: identificando grupos e pessoas que sofrem discriminações geradas por motivos parecidos. Exemplo: quem sofre problemas causados pelo fato de que as nossas leis impedem o livre uso dos nossos corpos? Boa parte das feministas defende o aborto, as pessoas trans defendem o direito e condições para mudar os seus corpos, as profissionais do sexo defendem a regulamentação das suas profissões, nas quais o corpo é um dos principais instrumentos. Apesar disso, quantas vezes vimos mulheres feministas, trans e profissionais do sexo unidas? As recentes Marchas das Vadias foram raros momentos em que isso pareceu possível.

Outro exemplo, capaz de unir um leque ainda maior de grupos e pessoas. As pessoas subalternizadas, em geral, descobrem a sua condição através da mesma experiência: a injúria, a calúnia. Antes mesmo de ter uma identidade negra, *gay*, lésbica, trans, feminina, portadora de deficiência, do subúrbio, essas pessoas já são injuriadas com uma ampla gama de adjetivos pejorativos. Devemos utilizar essas experiências em nosso proveito, gerando através delas pontos temporários de ligação capazes de criar novas forças políticas entre as pessoas injuriadas. Tentei deixar evidente neste artigo que para que isso ocorra precisamos olhar para além das nossas armaduras identitárias e acabar com os preconceitos para com os diferentes.

Muitos/as afirmam que reflexões como as que apresentei brevemente neste artigo são utópicas, valem apenas como crítica cultural, mas não valem para a prática política (cf. Almeida, 2010). Outro grande equívoco. Para demonstrar como “na prática” a união entre pessoas subalternizadas poderia ser muito proveitosa, lembro do projeto Escola sem Homofobia e do famoso *kit* vetado pela presidente Dilma, que alegou razões que devem ser muito criticadas, em especial a de que o “governo não faria propaganda de nenhuma opção sexual”. A frase é duplamente desastrosa, pois os governos, hoje e ontem, sempre fizeram propaganda de uma determinada orientação sexual, a heterossexual (logo, não temos opções, temos uma oferta apenas).

Além disso, o termo opção sexual, em especial quando não contextualizado, tem sido muito criticado pelos movimentos e nos estudos, que preferem a

expressão orientação sexual, ainda que ela também não dê conta da complexidade da formação das nossas sexualidades, pois às vezes dá a entender que alguém esteja orientando calculadamente e conscientemente as nossas identificações não heterossexuais, bem ao estilo teoria da conspiração.

Um projeto como o Escola sem Homofobia é vital para a nossa luta, pois através dele podemos atingir praticamente todas as novas gerações, uma vez que o ensino fundamental e médio é praticamente, bem ou mal, universalizado no Brasil. Além disso, é a típica ação política que combate o preconceito no campo da cultura, exatamente o “lugar” onde ele se (re)cria e se mantém. Em outro texto (Colling, 2011), defendi a importância de, além de combatermos a homofobia através de leis e demais marcos institucionais, devemos, assim como muito bem fizeram os movimentos feministas e negros, desenvolver mais ações no campo da cultura. Produtos culturais, como filmes, músicas, peças teatrais, por exemplo, têm uma grande capacidade de sensibilizar as pessoas, algo que leis, decretos ou textos “acadêmicos” jamais produzirão.

Voltando ao *kit* anti-homofobia. Tive acesso a todo o material da primeira versão do *kit* e ele foi todo produzido dentro da lógica identitária. Se por um lado seria bom e louvável que tivéssemos pelo menos esse material (melhor ter algo do que não ter nada), por outro lado corríamos o risco de que o *kit* viesse a interessar apenas às pessoas LGBT que vivem nas comunidades escolares. A heterossexualidade e suas normas permanecem numa total zona de conforto no *kit* vetado por Dilma. Além disso, o material também não dialoga com os demais marcadores sociais das diferenças, a exemplo de classe, “raça”/etnia, faixa etária etc. Uma pequena cartilha, em forma de história em quadrinhos, produzida com recursos do governo da Bahia conseguiu fazer isso em vinte páginas. Ou seja, demonstrou que é possível<sup>16</sup>.

A lei que instituiu o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas também tem gerado algo semelhante ao que vislumbro com o *kit* anti-homofobia, pois os trabalhos em torno do tema parecem dizer respeito apenas às pessoas afro-brasileiras. Aqui são as pessoas que não se identificam como afro-brasileiras que ficam em total zona de conforto. Essa reflexão gera outra pergunta: de que vale termos uma escola que respeita uma ou duas diferenças e desrespeita outras? Por questões como essas é que precisamos de uma escola que respeite todas as diferenças, sem hierarquizá-las. A união dos diferentes, nesse caso e em outros, aponta para uma grande força política capaz de

16 Ver a cartilha *Fala menino! Igual a tudo na vida, um papo sério sobre sexualidades*, do cartunista baiano Luís Augusto Gouveia.

enfrentar as reações dos setores machistas, misóginos, homofóbicos, racistas, fundamentalistas. Enquanto isso, diga-se de passagem, é exatamente isso o que os fundamentalistas religiosos estão fazendo. Temporariamente, muitos deles esqueceram as suas disputas por fiéis e se uniram em torno de temas que, na perspectiva deles, atingem a todas as denominações religiosas. Um dos temas que mais geraram aglutinação foi exatamente a questão LGBT.

O que estou destacando nesta análise também não é uma novidade para o movimento. Ainda que em contexto muito diferente, o então Movimento Homossexual Brasileiro, em seu início, tinha propostas e realizou ações em conjunto com outras pessoas subalternizadas. MacRae (1990) trata dessas questões em seu estudo. Um dos relatos fala sobre a participação dos integrantes do Somos nas comemorações do Dia de Zumbi, em 20 de novembro de 1979, organizado pelo Movimento Negro Unificado.

Esse dia marcou a primeira aparição em público dos militantes do Somos, que portavam faixas levando o nome do grupo e repudiando o racismo. Durante o ato foi também distribuído um panfleto enfatizando o fato de tanto os negros quanto os homossexuais serem “setores oprimidos”.

Ao final do ato público houve uma passeata até a praça da Sé, e os militantes homossexuais congregados embaixo de suas faixas desfilaram abraçados, homem com homem, mulher com mulher e para o espanto e divertimento dos negros e das pessoas que se encontravam nas ruas “fechavam” exageradamente. Para os membros do grupo, esta pareceu ser a primeira passeata homossexual, apesar das palavras de ordem se referirem exclusivamente à condição negra. Reinava um clima de grande euforia entre os integrantes do Somos, felizes e ligeiramente surpresos com o sucesso de sua participação na passeata. Até então, sempre tinham receado sair abertamente em público, com medo de ataque, não só da polícia, mas do próprio povo nas ruas. Agora constatavam que não só o regime se tornara menos agressivo, mas que os próprios heterossexuais eram mais tolerantes do que haviam imaginado (MacRae, 1990: 189).

Naquele tempo, as pessoas subalternizadas (na época chamadas de “oprimidas”) também se uniam para lutar pela redemocratização do Brasil, ou seja, todas tinham um “inimigo em comum”. Mas a análise de MacRae mostra que essas tentativas dentro do Grupo Somos<sup>17</sup> não objetivavam apenas acabar com a ditadura, mas também a união dos diferentes grupos.

---

17 Historicamente, o Somos é considerado o primeiro grupo político homossexual brasileiro.

É óbvio que outros desafios também precisam ser superados para que as pessoas injuriadas consigam se unir. Vou me ater apenas a alguns exemplos: parte das pessoas ativistas da sociedade civil, que integram o Conselho Nacional LGBT, tem sido acusada de governista por outras ativistas. Nas listas de discussão e redes sociais na internet, esse tema é recorrente. Na minha leitura, tendo muitas vezes a concordar com essas críticas. No entanto, não estou interessado aqui em saber todas as razões pelas quais essa parte é considerada governista.

Considero que entre elas estão: 1) as pessoas do movimento LGBT e as pessoas que hoje ocupam cargos no governo federal que já foram do movimento e são amigas há muitos anos. Isso certamente, subjetivamente, ameniza o tom crítico de quem está hoje apenas representando o “lado” da sociedade civil; 2) o movimento LGBT brasileiro é quase que exclusivamente financiado pelo poder público. Não conseguimos captar recursos entre a própria comunidade e a iniciativa privada. Logo, é óbvio que isso gera consequências, desejadas e indesejadas, nas relações entre sociedade civil organizada e governos; 3) especialmente a partir do primeiro governo Lula, tanto as pessoas que ocupam os principais cargos no governo quanto as lideranças dos movimentos são do mesmo partido político, da mesma base aliada ou daquilo que chamados precariamente de “campo da esquerda”. Como outras pesquisas já apontaram, isso causou impactos em diversos movimentos sociais, não apenas para o LGBT. Além disso, é preciso frisar que concordar com o governo nem sempre é algo negativo, pois muitas vezes as ações do governo compactuam com as desejadas pela sociedade civil<sup>18</sup>.

Os problemas que enfrentamos no Conselho Nacional LGBT se repetem em outros conselhos. Mata-Machado (2011a e 2011b), ao analisar os Conselhos de Cultura, bem mais antigos (o primeiro foi criado em 1961), aponta três dificuldades que esses órgãos estariam enfrentando no Brasil. Para ele, o poder público, apesar de ter criado os conselhos, se recusa a partilhar o poder com a sociedade civil, muitas vezes sob a alegação de que já ganhou as eleições e, portanto, possui a legitimidade e o aval da sociedade para elaborar e implantar as políticas. Isso dá força à hipótese de que, se durante o governo Lula houve um claro processo de “incorporação” dos movimentos sociais pelo Estado brasileiro, no governo Dilma os conselhos foram criados a partir do rescaldo dos movimentos e apenas para legitimar as políticas estatais.

---

18 Muitas tensões entre integrantes do governo e da sociedade civil também são causadas porque alguns ativistas não possuem informações e formação suficientes para acessar as verbas do Estado. Um exemplo disso são as dificuldades de fazer um projeto ou se candidatar aos editais, que exigem o cumprimento de uma série de questões burocráticas, alegadas pelos funcionários públicos como necessárias para o controle público dos gastos.

Para além da hipótese acima, há ainda outra dificuldade nesses conselhos, oriunda da baixa representatividade dos membros do governo e da sociedade. O autor está se referindo especialmente aos *conselhos de notáveis* ou *de especialistas* escolhidos pelos governos, que representariam apenas a si próprios. Mesmo nos *conselhos corporativos*, prossegue Mata-Machado, as pessoas indicadas por entidades (caso do Conselho Nacional LGBT) muitas vezes não consultam as suas bases para nortear as suas atividades.

A proliferação dos conselhos, diz ele ainda, tem criado especialistas em conselhos, pessoas que participam de vários desses órgãos e praticamente só fazem isso em suas vidas. A terceira dificuldade é a cooptação dos conselheiros pelo Estado. O autor também destaca as vantagens da existência dos conselhos. Para ele, os conselhos constituem um espaço de explicitação, negociação e resolução de conflitos, de aperfeiçoamento para a maior eficácia das políticas públicas, de ampliação da transparência dos atos dos governos e de ampliação da legitimidade das suas decisões.

Ainda no que tange especificamente ao Conselho Nacional LGBT, o próprio governo federal ainda não (re)conhece e respeita o Conselho como um órgão pelo qual deveriam passar as discussões sobre as políticas LGBT. Há vários exemplos de ações que foram implantadas pela própria Secretaria Nacional de Direitos Humanos, onde o Conselho está sediado, que não passaram pelas sugestões, avaliações e pelo acompanhamento das pessoas que integram o Conselho. Isso tem gerado várias tensões e recorrentes perguntas: por que criaram o Conselho? Para fazer de conta que ouvem a sociedade civil? Para apaziguar os ânimos? Ou para juntos construirmos as nossas políticas? As reflexões realizadas neste artigo apontam para conclusões desanimadoras, pois em boa medida o Conselho Nacional LGBT foi criado apenas para dar um suposto verniz democrático a medidas e políticas criadas, na verdade, de cima para baixo. Além disso, o governo não implementou o que o Conselho discutiu e em algumas ocasiões usou o Conselho para fazer frente às demandas internacionais que solicitam que as políticas de direitos humanos sejam criadas em diálogo com a sociedade civil.

Enfim, penso que este pequeno conjunto de reflexões brevemente pinceladas acima aponta para os imensos e complexos desafios que a combatida política sexual brasileira tem pela frente para contribuir para algum dia alcançarmos uma sociedade que respeite, aprenda e festeje as nossas diferenças e as nossas igualdades.

A proposta aqui não aponta para a substituição de um paradigma (da igualdade) por outro (das diferenças). Isso porque as políticas das diferenças, no

meu entender, não pretendem constituir um paradigma e incluem os pontos em que somos iguais, por exemplo, através da identificação das discriminações que nos atravessam. E, além disso, sempre deixam a porta aberta para as novas configurações, ideias, ações, práticas, orientações, gêneros, identificações, desidentificações...

Ou seja, nessa perspectiva, as diferenças é que fazem os nossos gêneros.

## Referências

- ALMEIDA, Miguel Vale de. Ser ou não ser, eis a questão: o problema persistente do essencialismo estratégico. Conferência de Encerramento do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9. Florianópolis, 2010, mimeo.
- BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidade. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador, Edufba, 2011, pp. 79-110.
- BIRULÉS, Fina. Entrevista con Judith Butler: “El género es extramoral”. *Metrópolis, Revista de información y pensamiento urbanos*, jun.-set. 2008; disponível em <<http://www.barcelonametropolis.cat/es/page.asp?id=21&ui=7#>>.
- BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona, Icaria Editorial, 2002, pp. 55-81.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires, Paidós, 2008.
- COLLING, Leandro. Políticas para um Brasil além do Stonewall. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador, Edufba, 2011, pp. 7-20.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.
- IRINEU, Bruna Andrade. 2012: para onde vão as proposições da II Conferência Nacional LGBT?, 5 jan. 2012; disponível em <[http://www.abeh.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=103:2012-para-onde-va-o-as-proposicoes-da-ii-conferencia-nacional-lgbt-&catid=38:publicacoes](http://www.abeh.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=103:2012-para-onde-va-o-as-proposicoes-da-ii-conferencia-nacional-lgbt-&catid=38:publicacoes)>.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: a identidade sexual e a política no Brasil da abertura*. Campinas, Ed. Unicamp, 1990.
- MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: EULÁLIO, Alexandre (Org.). *Caminhos cruzados – Linguagem, antropologia, ciências naturais*. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 99-111. Texto republicado em COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador, Edufba, 2011, pp. 21-36.

- MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. Panorama das políticas culturais no Brasil e os conselhos de cultura. Palestra realizada durante o curso Políticas Culturais, Democracia e Conselhos de Cultura, Salvador, 2011a.
- MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. Participação política e conselhos de cultura: uma proposta. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane e RUBIM, Iuri (Orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador, Edufba, 2011b, pp. 259-270.
- MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos: notas sobre o declínio do essencialismo estratégico. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador, Edufba, 2011, pp. 37-56.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.
- PINO, Nádía Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos. *cadernos pagu* (28), janeiro-junho de 2007: 149-174
- PRECIADO, Beatriz. *Testo yonqui*. Madrid, Editorial Espasa, 2008.
- PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, 19(1), jan.-abr. 2011, pp. 11-20.
- SÁEZ, Javier e CARRASCOSA, Sejo. *Por el culo. Políticas anales*. Madrid, Editorial Egales, 2011.
- SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas* 13(1), jan.-abr. 2005, pp. 11-30.
- SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SIMÕES, Júlio Assis. Marcadores de diferença na “comunidade LGBT”: raça, gênero e sexualidade entre jovens no centro de São Paulo. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?*. Salvador, Edufba, 2011, p. 157-173.
- TRANSEXUALIDADE não é doença! Pela retirada da transexualidade do DSM e do CID! *Bagoas*, v. 4, n. 5, jan.-jun. 2010; disponível em <[http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art15\\_manifesto.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art15_manifesto.pdf)>.

Recebido em: 04/03/2013

Aceito em: 20/05/2013

### Como citar este artigo:

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 405-427.